

LETRAMENTOS SOCIAIS EM SÃO BRAZ: A FESTA DOS MENTIROÇOS¹

Késia Maria Neves de Jesus Rocha²

RESUMO

São Braz é uma comunidade remanescente de quilombos que fica situada no município de Santo Amaro, no Estado da Bahia. Como todas as comunidades dessa natureza, em São Braz, há uma rica diversidade cultural, amplamente baseada na oralidade. Dito isso, essa pesquisa iniciou-se sob a inquietação com a falta de relação entre os aspectos sociais e culturais da comunidade quilombola de São Braz e os ensinamentos escolares inseridos nela. Assim sendo, o presente estudo busca partir dessa diversidade, a fim de propor aproximações com um ensino de língua portuguesa mais respeitoso com as tradições culturais dos/das estudantes. A partir da perspectiva da Pedagogia culturalmente sensível e visando à ampliação do repertório de letramentos sociais dos /das estudantes, será descrita uma das manifestações culturais de São Braz, a Festa dos Mentiroços, para propor uma sequência didática aos moldes do que foi preconizado por Schneuwly e Dolz (2004).

Palavras-chave: A Festa dos Mentiroços - estudo de casos; quilombos - São Braz (Santo Amaro, BA) - história; sociolinguística - São Braz (Santo Amaro, BA).

ABSTRACT

São Braz is a remaining community of quilombos located in the municipality of Santo Amaro, in the State of Bahia. Like all communities of this nature, in São Braz, there is a rich cultural diversity, largely based on orality. This research began out of concern about the lack of relationship between the social and cultural aspects of the quilombola community of São Braz and the school teachings within it. Therefore, the present study seeks to build on this diversity, in order to propose approaches to Portuguese language teaching that is more respectful of the students' cultural traditions. From the perspective of culturally sensitive Pedagogy and aiming to expand the social literacy repertoire of students, one of the cultural manifestations of São Braz, the Festa dos Mentiroços, will be described to propose a didactic sequence along the lines of what was recommended by Schneuwly and Dolz (2004).

Keywords: A Festa dos Mentiroços - case studies; quilombos - São Braz (Santo Amaro, BA) - history; sociolinguistics - São Braz (Santo Amaro, BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

² Graduanda em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

São Braz é uma comunidade tradicional quilombola, situada a oito quilômetros do município de Santo Amaro (BA), em torno da Baía de Todos os Santos, no Recôncavo Baiano. Ela foi certificada como comunidade pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2009.

A tradição oral é uma das principais características da comunidade quilombola. Particularmente, no que se refere à São Braz, a pesca, o comércio, a mariscagem, o samba de roda, a culinária, compõem a vida cultural da comunidade. Nesse sentido, compreender profundamente a cultura dos/as estudantes é uma das premissas fundamentais defendidas pela Pedagogia Culturalmente Sensível (Cyranka; Barroso, 2018; Bortoni-Ricardo, 2005). De acordo com essa perspectiva científica, engajada na Pedagogia da variação linguística e na Sociolinguística Educacional, na medida em que os/as estudantes sentem sua variedade linguística e cultural reconhecidas pela comunidade escolar, isto é, por professores/as e por colegas de turma, eles/elas elevam seu processo de autoestima, facilitando a relação ensino-aprendizagem.

Nesse mesmo viés, ao se considerar que o objetivo essencial da educação formal para o ensino de língua portuguesa é a ampliação do repertório de letramentos dos/das estudantes, essencial se faz promover esse ensino a partir da perspectiva dos letramentos sociais (Street, 2014). Desse modo, se se compreendem os letramentos como práticas sociais da leitura e da escrita em dada sociedade, é muito importante que se compreendam as práticas sociais do território quilombola de São Braz, a fim de que a educação escolar se faça significativa aos /às estudantes.

Nesse sentido, vários foram os fatores que nos levaram a pesquisar sobre letramentos sociais em São Braz. Fundamentalmente, foi a falta de ligação entre o ensino escolar e os aspectos culturais da comunidade o principal elemento motivador. Késia Maria Rocha, uma das autoras do presente artigo, é nascida e criada na comunidade em questão, onde recebeu, além da educação quilombola, a educação escolar na comunidade quilombola. A partir de seus relatos, entendemos ser importante refletir sobre um ensino de língua portuguesa socialmente engajado, com respeito ao território.

Como demonstração de que é possível relacionar aspectos culturais, históricos, sociais, econômicos e geográficos, presentes na comunidade, com os conteúdos curriculares, foi elaborada, no final deste trabalho, uma sequência didática – a partir da premissa do Interacionismo Sociodiscursivo (Schneuwly; Dolz, 2004). Entretanto, em função dos limites de um artigo científico, não seria possível explorar exaustivamente o repertório cultural da

comunidade de São Braz. Por isso, optou-se por elaborar a sequência didática a partir da “Festa dos Mentirosos” – uma celebração que ocorria na comunidade quilombola de São Braz em torno da tradição pesqueira e que já não existe mais. Foi possível ter notícias dessa festa a partir da memória dos mais velhos. Desse modo, além de representar a preservação histórica de uma importante manifestação cultural da comunidade, essa sequência didática tem o intuito de ilustrar as possibilidades de que a cultura dos/das estudantes pode e deve ser implicada no processo de ampliação de seu repertório de leitura e de escrita.

Metodologicamente, além de um aprofundamento no referencial teórico, e perspectiva interdisciplinar sobre Educação Escolar Quilombola, história de São Braz e de Santo Amaro, sobre Pedagogia Culturalmente Sensível e Letramentos sociais, fez-se necessário dedicar momentos para ouvir os mais velhos e as mais velhas da comunidade. A partir de conversas com muitas pessoas, foi possível ter acesso à diversidade de tradições existentes, que compõem o rico manancial de saberes populares – como a festa dos mentirosos que abrangia não só a cultura de São Braz, mas também dos povoados vizinhos. Depois da etapa de conversas descontraídas com muitas pessoas que têm em suas memórias a tradição viva (Bâ, 2017) da comunidade, optou-se pelo foco na Festa dos Mentirosos, de forma tal que se aprofundou o processo de investigação sobre ela. Logo após, a etapa seguinte dessa pesquisa foi a elaboração da sequência didática (Schneuwly; Dolz, 2004), interrelacionando a festa dos mentirosos às perspectivas teóricas previamente estudadas. Por fim, dedicamo-nos à escrita do presente artigo.

Isso posto, neste trabalho constam, logo após a introdução, as definições de educação quilombola e de educação escolar quilombola, com o intuito de enfatizar as suas especificidades. Em seguida, na terceira seção, são apresentadas as leis que asseguram os direitos das comunidades quilombolas na educação, destacando as lutas do movimento negro, que antecederam as leis, sua influência e importância para esse feito. Na quarta seção, destacam-se as teorias sobre letramentos e currículos. Já na quinta seção, será enfatizada a Comunidade de São Braz e a tradicional Festa dos Mentirosos. Por fim, serão apresentadas a proposta de sequência didática e as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Em comunidades tradicionais quilombolas contemporâneas, há dois tipos de processos de educação, que são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas que ali habitam. A educação quilombola é a educação que se dá na comunidade quilombola, no meio

familiar e/ou com demais pessoas da comunidade. Aquela a partir da qual os saberes e tradições são transmitidos dos mais velhos aos mais jovens, em senso de comunidade. Por sua vez, a educação escolar quilombola é a apreendida nas escolas que ficam situadas em territórios quilombolas e constitui-se como uma modalidade da educação (Lei 9.394/1996). Portanto, as duas devem estar sempre interligadas, dialogando entre si.

Particularmente no que se refere à educação quilombola, os ensinamentos dos costumes, das crenças e tradições é a primeira educação que as crianças quilombolas recebem. Com ela, aprende-se questões de sobrevivência, de luta e de respeito. Em São Braz, por exemplo, desde cedo, aprende-se sobre a importância das plantas medicinais, para que servem e como usá-las.

Já a educação escolar quilombola amplia o conhecimento das pessoas da comunidade a partir de conteúdos curriculares. A lei brasileira prevê que, além de uma base nacional curricular, o ensino em escolas situadas nos territórios quilombolas deve ser voltado para os aspectos culturais, territoriais e linguísticos, próprios da comunidade. Além disso, o ensino nas instituições educacionais de comunidades quilombolas está organizado através da memória coletiva, festejos, tecnologias, formas de produção de trabalho, repertórios orais, entre outros (Brasil, 2012).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), entende-se que quilombos são "grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica" (Brasil, 2012, p. 4). Nessa perspectiva, a Comunidade Remanescente de Quilombo é uma Comunidade tradicional e, como já foi mencionado, luta para que sua cultura e valores não se percam, assim como seu território, seus costumes, tradições e usos. (Brasil, 2012). Justamente por isso, o artigo primeiro desse documento defende que o ensino nas instituições escolar quilombola deve ser voltado para os valores e interesses da comunidade. Portanto o ensino da educação escolar quilombola precisa se fundamentar nas memórias, línguas, cultura, tradições, território e oralidade quilombola. Nesse sentido, o artigo estabelece que:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

- I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
- a) da memória coletiva;
 - b) das línguas reminiscentes;
 - c) dos marcos civilizatórios;

- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade.

II - compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

III - destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V - deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI - deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Assim, como em outras comunidades tradicionais, geralmente, os saberes são passados de geração em geração, mas nem sempre isso é possível, o que é uma triste realidade. Então, se faz necessário que as escolas reconheçam o território e a comunidade quilombola como parte do processo educativo. O/A estudante tem que se sentir parte da escola, portanto a escola deve assumir características que pertencem ao local em que o/a aluno/a está acostumado, apropriando-se dos valores sociais, históricos e econômicos, das brincadeiras, culinária, modo de ensino-aprendizagem próprios da comunidade.

3 LEI 10.639/2003 E LEI 11.645/2008

A inclusão de negros/as nas escolas públicas é uma antiga reivindicação do movimento negro, desde o século XIX. O movimento negro foi atuante nas decisões da política educacional, desempenhando ações e pesquisas voltadas para a valorização e inserção dos/as negros/as na educação. Dentre essas ações, pode-se destacar que “analisaram estereótipos raciais nos livros didáticos, desenvolveram pedagogias e currículos específicos, com enfoque multirracial e

popular e discutiram a importância do estudo da história da África nos currículos escolares”. (Gomes, 2017, p.32)

As lutas incessantes do movimento negro foram fundamentais para que a lei 10.639/2003, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornasse os ensinamentos de história e cultura afro-brasileira obrigatórios. A intenção dessa lei é valorizar o estudo da África e dos/as africanos/as, a luta de negros/as no Brasil, a cultura negra brasileira e o/a negro/a na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

Em 10 de Março de 2008, foi sancionada a lei nº 11.645, substituindo a lei anterior – a qual igualmente alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996). Assim sendo, além de tudo o que já estava previsto na lei 10.639/2003, a lei 11.645/2008 acrescentou o estudo de história e cultura indígena, a fim de valorizar a sua luta, o/a indígena na formação da sociedade brasileira, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política.

Como visto, desde o processo de redemocratização do Brasil, as leis têm sido elaboradas no sentido de democratizar o acesso à educação para populações que historicamente foram alijadas desse bem público. No entanto, quando nos referimos à educação de qualidade, particularmente direcionadas ao povo negro, quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais, por que a realidade se faz tão diferente?

Um caminho de reflexão necessário é o racismo não se dá apenas em situações interpessoais. Ao se considerar aspectos curriculares e extracurriculares, observa-se a presença de racismo institucional (Almeida, 2019), na medida em que as características de povos quilombolas tendem a ser apagadas por gestões educacionais – e pela própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). O que preocupa é que os materiais didáticos, muitas vezes, não são voltados para estes povos. Os livros didáticos são um exemplo, na medida em que trazem imagens e lugares que não representam essas populações e, quando aparece algo relacionado ao/a negro, geralmente, traz aspectos negativos. É importante também, que os/as profissionais sejam qualificados e conheçam a realidade de seus/suas estudantes para o ensino na Comunidade. Esse é um posicionamento defendido por Cavalleiro (2005):

Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com

esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branqueocêntrico e Etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do Continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano (Cavalleiro, 2005, p. 13).

A escolha dos profissionais para atuarem na educação quilombola seria mais conveniente se fosse realizada através de concursos que avaliassem a capacitação para o devido ensino escolar quilombola. Capacitar esses profissionais, também é uma necessidade, pois a formação dos professores irá auxiliar e dar o suporte adequado para eles atuarem. Mas é fundamental que esses profissionais sejam oriundos da comunidade quilombola, visto que já terão apropriação do local, da cultura e conhecimento das necessidades dos estudantes. Dessa forma, a responsabilidade não pode recair aos/às professores/as e nem tampouco aos/às estudantes, mas sim aos sistemas de ensino que não cumprem a lei:

CAPÍTULO IV DA FORMAÇÃO INICIAL, CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 47 A admissão de profissionais do magistério para atuação na Educação Escolar Quilombola nas redes públicas deve dar-se mediante concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo Único As provas e títulos podem valorizar conhecimentos profissionais e técnicos exigidos para a atuação na Educação Escolar Quilombola, observando a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Art. 48 A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.

Art. 49 Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas. (BRASIL, 2012, p.74)

Tal como indica a legislação, preferencialmente, é necessário formar profissionais de dentro da comunidade que conheçam sua realidade. Para os que vêm de fora, é imprescindível ter a consciência de que é necessário estar voltado para um ensino que legitime a cultura local. Assim, o profissional que é naturalmente quilombola já tem conhecimento sobre as particularidades das pessoas da comunidade quilombola, sobre suas lutas e fazem delas. Enquanto um profissional que cresceu distante, terá que percorrer um longo caminho, para aprender, entender e compreender todas as características e particularidades da comunidade quilombola, sendo assim, “a diferença fundamental entre o conhecimento nascido nas lutas e

o conhecimento elaborado a respeito delas é que o primeiro é um conhecer-com, enquanto o segundo é um conhecersobre.” (Gomes, 2017, p.9)

Todos esses aspectos fazem parte do processo de letramentos sociais de estudantes negros/as de Comunidades Quilombolas, pois é compreendendo o que se passa ao seu redor que eles poderão intervir e serem atuantes na sociedade. Ademais, o currículo precisa estar voltado para a realidade dos estudantes, para que estes possam desenvolver seu raciocínio crítico, conhecer e reconhecer sua identidade.

Em sintonia com as DCN para a Educação Escolar Quilombola, o debate proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino das relações étnico-raciais propõe que haja interação com aprendizagens e trocas de conhecimento entre negros e brancos, em um projeto conjunto para construir uma sociedade justa e igualitária. As DCNs ainda destacam que o combate à desigualdade racial e social e ao racismo não é tarefa somente da escola, pois as formas de discriminação não nasceram nela. Porém, de acordo com o DCN, também acontece dentro dela e são necessárias medidas para combater as diversas formas de discriminação que se apresentam no âmbito escolar:

O racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (Brasil, 2004, p. 14-15)

4 LETRAMENTOS CRÍTICOS E JUSTIÇA CURRICULAR

Essencialmente, a ampliação de repertório de letramentos é a finalidade última do ensino de língua materna dentro das instituições escolares. Nesse sentido, quando o foco do ensino de leitura e de escrita recaem na realização e no desenvolvimento de atividades sociais, prepara-se crianças e jovens para intervir criticamente em assuntos pertinentes à sociedade.

Por letramentos, entende-se práticas sociais de leitura e de escrita. Como defende Marcuschi (2010): “O letramento é um processo de aprendizagem social e histórico de leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas” (Marcuschi, 2010, p.21). Segundo o autor, há vários graus de letramento, desde os mais simples até os mais avançados. Assim como uma pessoa que faz leituras, constantemente, e está inserida

no meio acadêmico é considerada letrada, uma pessoa socialmente considerada “analfabeta”, pode pegar ônibus para viajar, fazer compras etc., haja vista que ela também é uma pessoa letrada, pois está inserida em uma sociedade com práticas de letramento. De acordo com Marcuschi (2010):

O letramento, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas[...] Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita (Marcuschi, 2010, p. 25)

Assim como pessoas com um nível mais amplo de letramento costumam desempenhar maior prestígio social, pessoas com nível menor, também, conseguem argumentar diante de situações que afetam o meio em que estão inseridas, tal como algumas pessoas que participam ativamente das questões políticas e sociais da comunidade. A autora Aline de Assis (2014), em sua pesquisa de mestrado “Ancestralidade e História no Recôncavo Baiano: Construção do Conhecimento Ancestral no Povoado de São Braz, em Santo Amaro”, descreve alguns momentos em que os moradores da comunidade de São Braz fazem leituras de imagens, interpretação de cordel e formação de frases sobre sua história de vida. Desde quando o indivíduo começa a realizar atividades básicas envolvendo escrita e leitura, ele já desenvolve um grau de letramento. A função da escola é ampliar o letramento já existente, para que, de pequenas experiências de letramento realizadas por eles, possam vir a desenvolver funções mais complexas.

Quanto mais longe do letramento, mais dificuldade com a vida social o indivíduo terá. A escola tem o dever de ampliar o repertório de letramento dos/as alunos/as, para que eles/elas sejam mais autônomos/as e tenham facilidade para reconhecer seus direitos. Negar os traços culturais e linguísticos do estudante é silenciá-los/as. A ideia da escolarização do letramento é, exatamente, o oposto. É ampliar esse repertório, dando várias possibilidades de letramentos, a partir das suas características culturais e linguísticas.

O currículo exerce um papel fundamental no auxílio e desenvolvimento educativo dos alunos, pois é um conjunto de práticas que envolvem conteúdos, atividades e habilidades que serão desenvolvidas pelos estudantes, assim tudo o que promove e contribui para ativar o processo educativo dos alunos faz parte do currículo (Arroyo, 2011). A escola falha em apresentar um letramento voltado para o lugar do/a aluno, pois, em geral, o currículo não apresenta essas características. Os currículos, normalmente, são extensos, mas não trazem as

especificidades necessárias para o aprendizado dos/as alunos/as. Nessa perspectiva, segundo Canoall (1993), só vamos ter justiça curricular quando o ensino for voltado para os interesses dos menos favorecidos, houver participação e escolarização comum e quando a escola começar a produção histórica da igualdade.

Por sua vez, de acordo com Ferrarezi Jr (2014, p.38): “Educar precisa ser visto como a construção consciente da vida de cada um, em todos seus aspectos.” Quando levamos o currículo a uma verdade absoluta não conseguimos ter uma reflexão crítica sobre isso. Coaduna com essa perspectiva de ensino de língua materna a Sociolinguística Educacional. Segundo essa vertente, todas as variedades linguísticas são legítimas, na medida em que representam uma comunidade de falantes. Nesse sentido, os/as estudantes chegam à escola dominando uma variedade linguística, que pode não ser valorizada socialmente. Contudo, discriminá-los/as pelo seu modo de fala, inevitavelmente, recai em racismo linguístico (Nascimento, 2019), haja vista que são consideradas cultas apenas as variedades de populações brancas desde o processo colonial – e isso não se constitui em uma coincidência histórica.

Nesse sentido, a Pedagogia Culturalmente Sensível – termo inicialmente cunhado por Frederick Erickson (1987) – tem sido assim definida por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005):

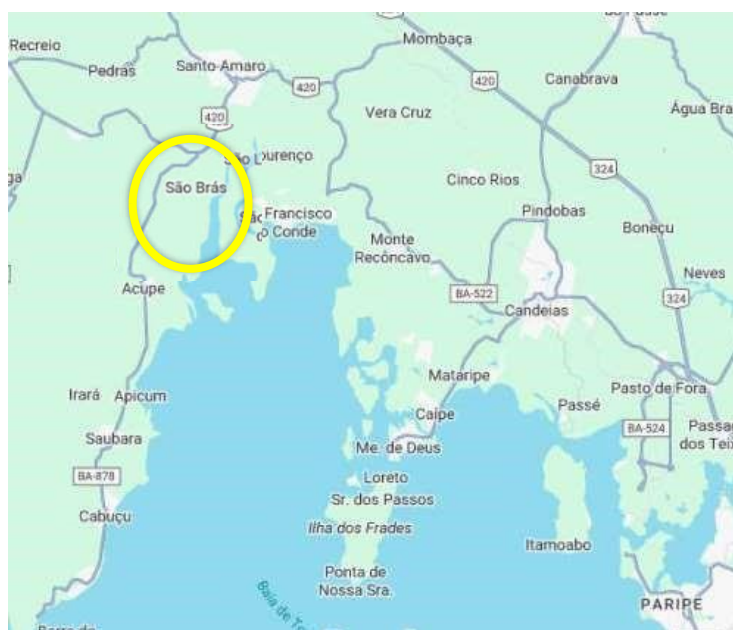
É objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador da transmissão do conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhe são familiares (Bortoni-Ricardo, 2005, p.128).

De tal sorte, advertem Cyranka e Barroso (2018) que o objetivo da escola é levar “os alunos ao domínio das variedades cultas da língua, sem desprestigiar as outras variedades, considerando para isso, a legitimidade do fenômeno da variação e da mudança” (p.23). Assim sendo, a partir dessa perspectiva culturalmente sensível, tanto em termos linguísticos quanto no que se refere à cultura de forma mais ampla das comunidades, defendemos que só haverá justiça curricular no ensino de língua portuguesa, quando a fala e a escrita de pessoas negras não for caracterizada, de partida, como erro, recebendo estigma social. Todas as crianças e jovens podem aprender! Todas as crianças e jovens negros/quilombolas inclusive! Assim sendo, a ampliação do repertório de letramento, em uma perspectiva crítica, é direito!

5 COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO BRAZ

A Comunidade Remanescente de Quilombo de São Braz é um povoado, situado em torno da Baía de Todos os Santos, a oito quilômetros do município de Santo Amaro, localizado no Estado da Bahia e no Recôncavo Baiano. O município de Santo Amaro possui 492 quilômetros quadrados de área e uma população de 60.069 habitantes. A distância da cidade para a capital baiana, Salvador, é de 73 quilômetros.

Figura 1 - Localização geográfica da comunidade de São Braz



3

Fonte: Google Maps.

Figura 2 - Imagem de satélite localizando a comunidade de São Braz e outras comunidades quilombolas do território certificadas pela Fundação Cultural Palmares



Fonte: Google Earth⁴

Em 5 de maio de 2009, com o apoio da Fundação Cultural Palmares, São Braz foi certificada como uma comunidade remanescente de quilombo no Diário Oficial da União (Portaria 43/2009; Número do processo na Fundação Cultural Palmares 01420.000061/2009-35; Número do processo no INCRA 54160.001918/2009-17). Conforme apresentado na reprodução do Diário Oficial a seguir:

Figura 3 - Publicação no DOU do reconhecimento de São Braz em destaque

<p>FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES</p> <p>PORTARIA Nº 43, DE 29 DE ABRIL DE 2009</p> <p>O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:</p>	<p>Comunidade de Gameleira de Baixo, localizada no município de São Tomé/RN. Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.124 fl. 140.</p> <p>Comunidade de São Braz, localizada no município de Santo Amaro/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.125 fl. 141.</p> <p>Comunidade de Família Thomaz, localizada no município de Criciúma/SC. Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.127 fl. 143.</p>
---	--

Fonte: Diário Oficial da União (2009)³

³ Diário Oficial da União (2009). Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2009&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=112>. Acesso em 22 de abril de 2022.

Segundo o Censo do IBGE de 2022, São Braz conta com uma população de 1.141 pessoas e de 227 famílias (INCRA, 2019). De forma inédita, o IBGE realizou o Censo da população quilombola em 2022. Ainda que não haja a divulgação de resultados mais específicos até o momento, vale a pena destacar que as 1.141 pessoas residentes em São Braz compõem um cenário nacional de 1.327.802 quilombolas, ou 0,65% da população total, sendo que o estado da Bahia concentra 29,9% deste quantitativo, vindo o estado do Maranhão em segundo lugar, com 20,26% da população quilombola total do país⁴.

5.1 ORIGENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ

Com formação indígena, europeia e predominantemente africana, São Braz tem em uma rica cultura, que envolve a pesca, a caça, colheita, festas religiosas e diferentes manifestações culturais. Trata-se de uma comunidade situada onde se localizavam alguns engenhos de cana de açúcar, em tempos coloniais, dentre eles o Engenho de São Braz.

De acordo com a pesquisa histórica de Assis (2014), anteriormente, eram os indígenas Abatirás, do grupo Aimorés, que ocupavam a região da Patativa, em Santo Amaro. Os Aimorés pertenciam ao grupo dos Tapuias e eram bravos guerreiros. Porém, quem mais povoou a região de Santo Amaro foi o povo Tupi, que vivia da caça, da pesca, da agricultura, da coleta e do artesanato. Ainda, segundo a autora, os negros escravizados que vieram para Santo Amaro seriam, em maioria, de origem Malê. O tráfico no Brasil foi subdividido em ciclos, sendo eles: ciclo da Guiné, no século XVI; ciclo de Angola, século XVII; ciclo da Costa da Mina, no século XVIII.

O que hoje é a Comunidade de São Braz já foi um engenho para produção de cana-de-açúcar. O Engenho foi registrado em 1859 pelo Barão do Rio Fundo, Inácio Borges de Barros. Em 1942, após passar pelas mãos das filhas do Barão, as terras foram vendidas para João Clímaco de Araújo Silva, que construiu uma fábrica de cal no local. Algum tempo depois, João Clímaco dividiu as terras, ficando parte sob domínio da prefeitura de Santo Amaro e as demais, depois de seu falecimento, foram vendidas. (ASSIS, 2014; CALAZAN, 2018).

De acordo com os moradores da localidade, o nome São Braz foi dado logo após ser encontrado uma imagem de um santo São Brás no fundo da maré.

⁴ Dados retirados do Portal Agência de Notícias do IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em 24 de novembro de 2023.

5.2 FESTA DOS MENTIROÇOS

Segundo relatos de alguns moradores da Comunidade Quilombola de São Braz, a Festa dos Mentirosos começou como uma simples brincadeira. Todo final de semana as pessoas saíam para o mato a caçar, ou para o mar a pescar, ou ainda iam para o campo, a fim de observar animais. Quando retornavam, reuniam-se para jogar dominó, beber e conversar. Essas conversas eram sobre como ocorreu a pescaria, nas quais cada um falava o que tinha pescado. Inevitavelmente, no meio do assunto, como “bons pescadores que eram”, surgiam duas ou três mentiras! A partir desses momentos, surgiu a ideia de uma competição para contação de histórias, com direito a um prêmio para quem vencesse.

O evento se expandiu a ponto de ser necessário organizar uma comissão com presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário. Todos eles saíram às ruas de Santo Amaro, dos distritos de Acupe e da Pedra, e de municípios vizinhos, como São Francisco do Conde, para arrecadação de fundos para a festa.

Após formar a comissão, o próximo passo foi registrar a festa, contando com o irrestrito apoio do prefeito e do vice-prefeito da época, que se dispuseram a cooperar com a organização da festa. Dentro da festa, eram interpretadas peças de teatro, que contavam com a professora Livia Oliveira – liderança quilombola de São Braz – como integrante de uma delas.

A festa explodiu em uma proporção que chamou a atenção da prefeitura e das comunidades vizinhas. Durante a festa dos mentirosos, celebravam-se outras tradições, como rodas de capoeira, maculelê, bumba-meu-boi (que era praticado justamente pelo dono da casa, onde acontecia a festa) além das tradições culturais de comunidades vizinhas, como Acupe e Pedra.

A tradição da festa dos mentirosos e as peças teatrais eram realizadas no primeiro dia e, no dia seguinte, os festejos continuavam com outras manifestações culturais. As peças teatrais eram apresentadas antes ou depois das contações de histórias e sempre eram elaboradas a partir do tema da festa.

Estima-se que se reuniam de cento e cinquenta a duzentas pessoas na festa e a comissão julgadora das melhores histórias (ou das melhores mentiras) era formada por doze pessoas. Com o intuito de toda a comunidade participar da festa, escolhia-se uma data que fosse mais oportuna para realizá-la, sendo normalmente no feriado de primeiro de abril.

5.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

O Interacionismo sociodiscursivo é uma abordagem linguística que visa tornar o ensino de língua materna, particularmente na modalidade escrita e formal, mais significativo aos/às aprendentes, que, afinal, já falam essa língua em contextos de oralidade e informais. Nesse sentido, partindo de uma perspectiva interacionista vygotskyana e de uma concepção de língua fundada no uso – particularmente nos gêneros discursivos/textuais de Mikhail Bakhtin – autores como Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz organizaram o modelo de sequência didática.

Antes de discorrer sobre esse modelo, é importante frisar que o ponto de partida para essa proposta pedagógica de ensino de língua são os gêneros textuais. Para os autores,

Na sua missão de ensinar os alunos a escrever, a ler e a falar, a escola, forçosamente, sempre trabalhou com os gêneros, pois toda forma de comunicação – portanto, também aquela centrada na aprendizagem – cristaliza-se em formas de linguagem específicas. A particularidade da situação escolar reside no seguinte fato que torna a realidade bastante complexa: há um desdobramento que se opera em que o gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas é, ao mesmo tempo, objeto de ensino-aprendizagem. O aluno encontra-se, necessariamente, num espaço do “como se”, em que o gênero funda uma prática de linguagem que é, necessariamente, em parte, fictícia, uma vez que é instaurada com fins de aprendizagem (Schneuwly; Dolz, 2004, p.65).

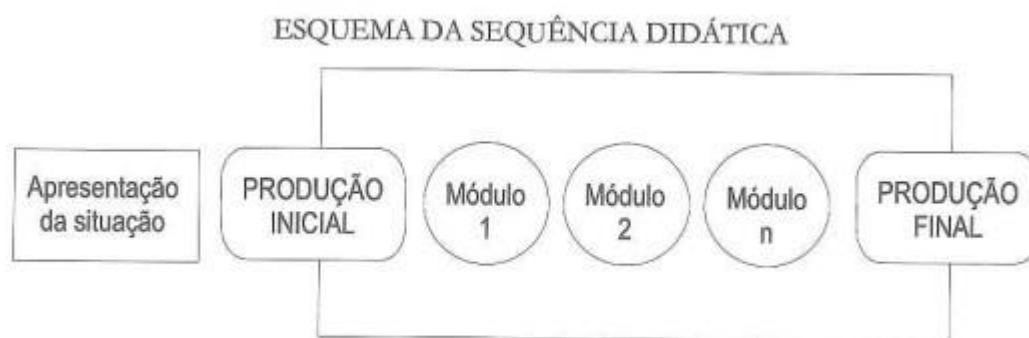
Desse modo, partindo de um gênero textual, o qual circula socialmente – portanto, trata-se de letramento social – é possível elaborar uma sequência de atividades, a fim de ampliar o repertório de leitura e de escrita dos/das estudantes. Assim sendo,

Uma sequência didática tem precisamente a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação. O trabalho escolar será realizado, evidentemente, sobre gêneros que o aluno não domina ou o faz de maneira insuficiente; sobre aqueles dificilmente acessíveis, espontaneamente, pela maioria dos alunos; e sobre gêneros públicos e não privados. As sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis. (Schneuwly; Dolz, 2004, p.83).

Considerando, então, que Schneuwly e Dolz (2004, p.79) definem sequência didática como “um conjunto de atividades escolares organizados de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”, salientamos que, mesmo antes de ingressarem na escola as crianças têm contato com os gêneros orais nas comunidades, principalmente as quilombolas. Na escola, os alunos se deparam com uma diversidade de gêneros textuais escritos, orais e digitais. Assim, os estudantes precisam saber como, onde e em que ocasião utilizar esses gêneros, para isso o professor se apropria de sequências didáticas, que irão auxiliá-los no

domínio dos gêneros e, conseqüentemente, ajudá-los na escrita e comunicação, possibilitando o alcance de novas práticas de linguagem. (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004). Abaixo encontra-se o esquema de seqüência didática sugerida por Schneuwly e Dolz:

Figura 4 - Modelo de seqüência didática proposto por Schneuwly e Dolz



Fonte: Schneuwly e Dolz (2004, p. 83).

5.4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A FESTA DOS MENTIROÇOS

Vimos o que é a seqüência didática e a importância do seu uso para a formação dos estudantes. Ademais, a partir da perspectiva da Pedagogia Culturalmente Sensível, defendemos que a cultura dos estudantes precisa ser legitimada, a fim de oportunizar um ambiente de aprendizado propício para a ampliação de seu letramento social. Desse modo, elegendo o gênero textual narrativa ficcional e o mote da Festa dos Mentiroços, será apresentado um exemplo de seqüência didática (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004) para ser trabalhada em uma turma de sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal da comunidade quilombola de São Braz.

Apresentação da situação: Para ter a atenção inicial dos/as estudantes, bem como apresentar a situação de aprendizado, serão exibidos vídeos e imagens que retratem as tradições orais da Comunidade de São Braz. Nesse momento, a turma poderá narrar os nomes das tradições, os principais personagens, quando elas ocorrem, como funcionam etc.

Produção Inicial: Em particular, aos/às estudantes será questionado sobre qual/quais manifestações culturais eles praticam/participam. Ademais, será perguntado: “Já ouviram falar

da Festa dos Mentirosos?”. A proposta é fazer uma roda de conversa, a fim de aferir o conhecimento prévio dos/as estudante sobre as manifestações culturais orais de São Braz, especialmente observando se há indícios em sua memória da Festa dos Mentirosos (possivelmente, eles/elas não chegaram a participar, por serem bem jovens, mas seus familiares mais velhos podem ter-lhes contado).

Módulo 01: Propor aos alunos uma atividade de campo, para conhecer melhor a tradição cultural Festa dos Mentirosos, que era realizada em São Braz, a partir dos relatos da população, principalmente dos pescadores mais antigos, e das experiências das pessoas mais velhas. Após a visita de campo, propor uma roda de conversa sobre a pesquisa de campo. Levar os estudantes a refletirem o que podemos fazer para resgatar essa e outras tradições que foram esquecidas na comunidade, abrir um debate coletivo.

Módulo 02: Em sala de aula, apresentar o gênero textual Narrativa de Ficção, a partir de sua definição e características. Logo após, com a intenção de que os/as estudantes possam inferir essas características, eles/elas farão a leitura de algumas narrativas ficcionais. A partir delas, observar a construção dos personagens, o tempo ficcional, o cenário, a linguagem (verbos no presente/pretérito, marcadores de tempo/adjuntos adverbiais).

Módulo 03: depois de compreenderem o gênero narrativa de ficção, pedir que os/as estudantes elaborem “histórias de pescador”, baseadas na Festa dos Mentirosos, mas que envolvam suas experiências, para contar aos seus colegas. Nesse momento, serão realizadas oficinas de escritas, a fim de que as narrativas possam ser registradas. Haverá momento específico para revisão textual em pares.

Produção Final: As narrativas ficcionais produzidas serão apresentadas em sala de aula. Os/as estudantes apresentarão para os/as colegas, os/as quais selecionarão as melhores mentiras para contar no sarau da escola que reproduzirá a Festa dos mentirosos.

Publicização: As mentiras selecionadas serão recontadas no sarau da escola, o qual será inspirado na Festa dos Mentiroso. Será aberta uma votação para selecionar a melhor produção. O projeto contará com a participação da comunidade externa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tradições culturais da comunidade quilombola de São Braz baseiam-se, principalmente, na oralidade, tais como o samba de roda e as contações de histórias. A partir da presente pesquisa foi perceptível estabelecer aproximações entre a perspectiva teórica dos letramentos sociais e da pedagogia culturalmente sensível com possibilidades pedagógicas de ensino de língua materna mais respeitosas com os/as estudantes da comunidade.

Através da ampliação de práticas de letramentos, os/as alunos/as têm a possibilidade de se autoconhecer, afirmar-se quilombola e sentir-se pertencentes à escola. Aproximar escola e comunidade e despertar nos estudantes o interesse pelas tradições da comunidade é um dos objetivos propostos nesse trabalho.

Sendo assim, inserir o contexto da comunidade no ensino de língua portuguesa evita um ensino superficial, pois está sendo ensinado dentro de um contexto social mais significativo. Ademais, esse tipo de abordagem abre espaço para um ensino antirracista e dinâmico, possibilitando desenvolver a criticidade dos/as estudantes para decifrar as entrelinhas de um texto. Portanto, os/as alunos/as perceberão que eles/elas e sua comunidade são falantes de uma variedade legítima da língua portuguesa, que fazem bom uso dela, mas que podem ampliar ainda mais o seu repertório linguístico.

É relevante considerar a história dos/as antepassados/as, as suas lutas e ideais, para compreender quem somos nós hoje, qual é a nossa luta e por que resistimos. Além disso, é necessário salientar que o enfrentamento contra o apagamento e silenciamento cultural, social e histórico, dentro da comunidade, é uma realidade constante. Portanto, a ampliação e desenvolvimento dos letramentos sociais na Comunidade de São Braz é imprescindível.

Buscando uma síntese das possibilidades didáticas defendidas pelo presente artigo científico, seguem as palavras finais de Késia Maria:

“Concluo relatando que minha experiência e aprendizados a partir desta pesquisa contribuí muito para minha formação enquanto docente e pessoa nascida dentro de uma comunidade quilombola, portanto, quilombola. Perceber a proporção da tradição que existia aqui, me fez enxergar o quanto se foi perdido, mas me fez perceber também, que podemos ir longe. Hoje, por meio desse trabalho, me desperto para muitas possibilidades de ensino que podemos proporcionar aos estudantes, um ensino diferente e voltado para eles.”

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BÂ, Amadou Hampaté, A. Tradição Viva In. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Capítulo 8, p. 167. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? **Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 2017.
- BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na educação básica. Brasília: MEC, 2012. CYRANKA, Lúcia Mendonça. BARROSO, Therezinha (orgs.). **A pedagogia da variação linguística na escola**: experiências bem sucedidas. Londrina: EDUEL, 2018.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. **Seqüências didáticas para o oral e a escrita**: apresentação de um procedimento. In:
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: Os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SANTOS, Aline de Assis. **Ancestralidade no Recôncavo Baiano**: construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro. Salvador: Sistema de biblioteca da UNEB, 2014.
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004
- SOARES, Magda. Letramento: **Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.